

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 25 de maio de 2021



Nesta edição:

- **Relator da PEC da Reforma Administrativa apresenta novo parecer Comissão de Justiça**
- **Representantes da indústria farmacêutica participam de debate sobre o complexo industrial da saúde**

Relator da PEC da Reforma Administrativa apresenta novo parecer Comissão de Justiça.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJC) iniciou a discussão da PEC 32/2020 – Reforma Administrativa.

Houve obstrução por partidos de oposição que apresentaram requerimento para retirada de pauta da PEC, mas foi rejeitado.

O dep. Darci de Matos (PSD/SC), relator da matéria, apresentou uma nova versão do seu relatório. Nessa versão, propôs uma terceira emenda supressiva: a exclusão de alteração no artigo que define os princípios da administração pública que incluía novos princípios de imparcialidade, transparência, inovação, responsabilidade, unidade, coordenação, boa governança pública e subsidiariedade.

“a inclusão de novos princípios no texto constitucional, embora seja boa a intenção, pode gerar interpretações múltiplas e completamente divergentes, o que conseqüentemente gerará provocações ao STF para dispor sobre sua efetiva aplicabilidade em situações, por exemplo, de improbidade administrativa”.

Além dessa alteração, o parecer permanece com as outras duas emendas supressivas: uma que suprime a vedação à realização de qualquer outra atividade remunerada por ocupante de cargo típico de Estado e a segunda que suprime dispositivo que traz nova competência privativa do Presidente da República – extinção, transformação e fusão de entidades da administração pública autárquica e fundacional.

A previsão é que o parecer seja votado amanhã (25/05).

A Comissão de Justiça se pronuncia apenas pela admissibilidade. Em seguida, a PEC será analisada no mérito por Comissão Especial.

Representantes da indústria farmacêutica participam de debate sobre o complexo industrial da saúde

A Comissão de Seguridade Social e Família, por meio da Subcomissão Especial do Complexo Econômico e Industrial, realizou audiência pública para debater a situação da produção nacional de insumos farmacêuticos.

O debate reuniu representantes das principais associações industriais farmacêuticas que apresentaram sua visão sobre a dependência nacional de insumos importados e propostas para o fortalecimento deste importante elo da cadeia produtiva de medicamentos.

Dentre os expositores houve consenso sobre o gradual desmonte da base produtiva nacional de insumos farmacêuticos ocorrido nas últimas duas décadas. Houve a desmobilização de diversas plantas industriais destes produtos, resultando na dependência de aproximadamente 90% de insumos importados.

O Presidente do Conselho da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos – ABIQUIFI destacou o processo de liberalização da economia e a ausência de políticas industriais como os principais fatores que fragilizaram a produção nacional destes insumos, que não resistiu à competição de insumos fabricados na China e Índia, países líderes no mercado.

Também destacou o desequilíbrio e a falta de visão estratégica destas políticas que expuseram a indústria nacional a uma competição com indústrias de países com custos de produção inferiores movidos por mão de obra barata, baixa regulação e baixos padrões de qualidade. Estas políticas tinham como foco o preço final do remédio para a população, sem levar em consideração a segurança e os benefícios socioeconômicos de fortalecer a produção nacional.

Reginaldo Arcuri, Presidente do Grupo FarmaBrasil, que reúne as farmacêuticas nacionais destacou o trabalho realizado pela Associação em conjunto com diversas associações que representam a química fina e laboratórios nacionais de medicamentos, com um amplo conjunto de propostas regulatórias, legislativas e de políticas para o adensamento da cadeia produtiva de medicamentos no Brasil.

O Presidente do Sindicato da Indústria Farmacêuticas de São Paulo – Sindusfarma, Nelson Mussolini relembrou a força do parque industrial de insumos farmacêuticos que o país detinha e as consequências danosas da dependência externa.

Destacou o encolhimento, nos últimos anos, das políticas industriais para setor, especialmente as chamadas PPBs voltadas para incentivar a produção de medicamentos estratégicos e ressaltou que deveriam ter o foco maior nos laboratórios privados. Também destacou a importância do poder de compra do Estado para fomentar a produção nacional e a redução do Programa Farmácia Popular.

Cristina Ropke, Diretora de Biodiversidade da Associação Brasileira da Química Fina – ABIFINA, destacou a importância do melhor aproveitamento dos recursos da biodiversidade para fortalecer e ampliar a gama de medicamentos produzidos no país.

Henrique Tada, Presidente da Associação da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais, apresentou um conjunto de propostas ressaltando a ampliação dos medicamentos ofertados no Programa Farmácia Popular e a redução da carga tributária que para o setor alcança 33%, considerada a maior do mundo.

Todos os expositores destacaram a importância da indústria farmacêutica para o país e seu esforço para manter o abastecimento à população, apesar do aumento expressivo dos custos dos insumos ocasionados pela pandemia e questões cambiais. Também houve unanimidade de que medidas como a suspensão do reajuste anual de preços, proposta pelo PL 939 de 2021, irão comprometer este esforço e gerar grande insegurança jurídica sobre o setor e novos investimentos.

O Deputado Alexandre Padilha (PT/SP), relator da Subcomissão, resumiu os três principais pontos a serem trabalhados para o fortalecimento do setor: i) a questão tributária; ii) a definição de uma política de preços e iii) aspectos regulatórios associados à burocracia que inibem a produção local.

**Veja mais**

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
<https://www5.legisdata.cni.org.br>

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.